

ORGANIZATION OF
AFRICAN UNITY

ORGANIZAÇÃO DA
UNIDADE AFRICANA



ORGANISATION DE
L'UNITÉ AFRICAINE

منظمة الوحدة الأفريقية

Addis Ababa - Ethiopia - Box 3243 Tel. 517700 Telex 21046 Fax (2511) 513036

CM/1708 (LVI)
ANEXO I

CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA - SEXTA
SESSÃO ORDINÁRIA
22 - 27 DE JUNHO DE 1992

DAKAR - SENEGAL

**RELATÓRIO DA EQUIPA DE
SUPERVISIONAMENTO DA OUA À
ÁFRICA DO SUL**

10 - 19 DE MAIO DE 1992

NOTA DO SECRETÁRIO GERAL

1. Na sua Oitava Sessão, realizada em 28 de Abril de 1992, em Arusha, República Unida da Tanzânia, o Comité Ad Hoc dos Chefes de Estado e de Governo sobre a África Austral, "decidiu enviar uma Equipa de Supervisionamento à África do Sul, para avaliar a situação no país e elaborar um relatório em particular, sobre a escalada da violência, o que daria um novo impulso ao processo negocial".

2. Em conformidade com esta decisão, o Secretário Geral designou os membros desta equipa compreendendo os Embaixadores da Nigéria, Argélia, Congo, Uganda e Zimbabwe acreditados junto da OUA e na Etiópia, assistidos pelo Secretário Executivo do Comité de Libertação da OUA e por um funcionário do seu Departamento Político.

3. A equipa deslocou-se a África do Sul de 10 a 19 de Maio de 1992, tendo-se avistado com os principais actores políticos do país, assim como com as instituições e os órgãos responsáveis pela questão da violência. Ela visitou igualmente uma série de subúrbios para negros e outras zonas assoladas pela violência.

4. A equipa elaborou o relatório sobre a sua missão que o Secretariado tem a honra de submeter ao Conselho de Ministros para exame e seguimento. Neste quadro, chama-se a atenção particular do Conselho para a Parte III do relatório sobre as recomendações do grupo e nomeadamente em relação aos parágrafos 124, 126 e 127.

RELATÓRIO SOBRE A MISSÃO DA
EQUIPA DE SUPERVISIONAMENTO DA OUA NA ÁFRICA DO SUL

INTRODUÇÃO

1. A Oitava Sessão do Comité Ad-Hoc dos Chefes de Estado e de Governo da OUA sobre a África Austral, reuniu-se a 28 de Abril de 1992 em Arusha, República Unida da Tanzânia, e adoptou um Comunicado no qual decidiu, entre outras coisas, enviar uma Equipa da OUA à África do Sul, a fim de avaliar e apresentar um relatório sobre a situação naquele país, particularmente em relação ao aumento da violência, e dar ímpeto ao processo negocial.
2. Na sequência desta decisão, o Secretário Geral da OUA, Sua Excelência Salim Ahmed Salim, designou uma Equipa de Supervisionamento composta pelos Embaixadores da Nigéria, Argélia, Congo, Uganda e Zimbabwe, sediados em Adis Abeba, apoiados pelo Brigadeiro H. Mbita, Secretário Executivo do Comité de Libertação e pelo Sr. M. Kane, do Departamento Político.
3. Um dia antes da partida para a África do Sul, a Equipa foi recebida pelo Secretário-Geral que, entre outras coisas, aconselhou no sentido de ser aberta e estabelecer contactos com as diferentes Formações Políticas dentro e fora da CODESA. A Equipa partiu no dia 6 de Maio de 1992 e chegou a Johannesburgo a 10 de Maio de 1992, precedendo uma Delegação Ministerial para a CODESA II, composta pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Nigéria e do Uganda, a quem se juntaram os Embaixadores da Argélia, Congo e Zimbabwe, em representação dos seus respectivos Ministros dos Negócios Estrangeiros.
4. À chegada no Aeroporto Jan Smuts, a Equipa foi recebida por representantes do Governo Sul-Africano, do ANC, do PAC e do Conselho Sul-Africano das Igrejas (SACC). Nos seus discursos de boas-vindas, os Movimentos de Libertação informaram ao Grupo que tinham conjuntamente solicitado o SACC no sentido de coordenar as actividades da Equipa da OUA durante a sua missão na África do Sul.
5. O Embaixador Chefe O.Olusola, em nome da Equipa, agradeceu todas as partes pela sua hospitalidade e pelos arranjos feitos, particularmente pela decisão tomada pelos Movimentos de Libertação no tratamento do Programa da Missão pelo SACC. A Equipa dirigiu-se à Imprensa, no Aeroporto, antes de ser conduzida para o Hotel Carlton, onde esteve hospedada durante a sua estadia em Joanesburgo.

PROGRAMA DE MISSÃO DA EQUIPA

6. No seu primeiro encontro no Hotel Carlton, a Equipa reuniu-se com o SACC no sentido de preparar os elementos do programa, tomando em consideração o seu mandato e as instruções e as linhas de orientação dadas pelo Secretário Geral antes de partir de Adis Abeba. O Grupo e o SACC acordaram num programa compreendendo encontros com os dois Movimentos de Libertação, o Governo, Organizações e Partidos Políticos, bem como outros Organismos de interesse para a Missão. O programa incluiu igualmente visitas a algumas áreas do país afectadas por incidentes de violência.

PARTE I

ACTIVIDADES EM TODO O TERRITÓRIO DA ÁFRICA DO SUL

A) Em Johannesburg

7. Em Johannesburg, a Equipa manteve dois encontros com o ANC, o PAC e o SACC. Os Presidentes Nelson Mandela e Clarence Makwetu e o Rev. Franck Chikane, Secretário-Geral do SACC, presidiram as suas respectivas delegações nas reuniões subsequentes. A Equipa manteve também contactos com Oficiais Superiores da Polícia Sul-Africana (SAP) e da Força de Defesa Sul-Africana (SADF), AZAPO, a Comissão dos Direitos Humanos, a Comissão de Inquérito Goldstone sobre Violência, o Comité Nacional de Paz, bem como uma Delegação de Transkei encabeçada por Major General Bantu Holomisa, Presidente do Conselho Militar. O Grupo sobrevoou de helicoptero a Cidade de Johannesburg, incluindo os subúrbios em redor, particularmente Soweto e Alexandra e, mais tarde, visitou Soweto e o Campo Aviário, ao mesmo tempo que visitou o Presidente da Câmara de Soweto, junto das Câmaras de Conselho.

i) Encontro com o Conselho Sul-Africano das Igrejas (SACC)

8. Considerando que o SACC foi designado pelos Movimentos de Libertação para coordenar as actividades da Missão, a Equipa decidiu reunir-se com esta Organização primeiro a 10 de Maio de 1992, para informações e troca de impressões sobre o supervisionamento da OUA e a situação prevalecente no país em geral, e, em particular, sobre a escalada da violência.

9. O Rev. Franck Chikane que encabeçou a delegação do SACC exprimiu o seu profundo apreço ante a iniciativa da OUA de enviar uma Equipa de Observação para a África do Sul. Ele reiterou a oposição activa e de longa data do SACC ao sistema do apartheid. Abordando o processo de negociações no país, ele reconheceu que algum progresso tenha sido realizado apesar do facto de o Governo ter a capacidade de reverter ou impedir o processo de mudança. É por esta razão que o SACC defendia igualmente um Governo provisório e uma Assembleia Constituinte a ser instituídos na mais breve oportunidade.

10. Embora ele concordasse em que o SACC compreendia as posições do PAC e da AZAPO no boicote à CODESA, não deixou de fazer notar que havia uma necessidade urgente de os Movimentos de Libertação e outras Forças Democráticas conjugarem os seus esforços na aceleração do surgimento de uma nova África do Sul.

11. Ele acusou o Governo de ser responsável por permitir e, em algumas ocasiões, criar o clima de violência visando desacreditar os Movimentos de Libertação e, deste modo, encontrar um alibi para a sua relutância de continuar a expedir o processo de democratização. Neste sentido, o Secretário Geral do SACC informou à Equipa de que uma Cimeira de Emergência de Líderes Negros sobre a Violência, tida lugar a 22 de Abril de 1992, sob os auspícios de Líderes Religiosos e destinada a encontrar meios de pôr um termo imediato à actual violência, apelou para um mecanismo internacional capaz de supervisionar a situação. Com efeito, ele foi da firme convicção que para evitar minar o processo de Paz, a OUA tinha um papel importante a desempenhar.

12. Por seu turno, a Equipa de Supervisionamento da OUA informou à delegação do SACC sobre o objectivo da sua Missão dupla para a África do Sul: Avaliação dos acontecimentos políticos em geral e a violência que representa o maior obstáculo ao processo de democratização, em particular.

13. A Equipa deu as garantias de que a OUA não pouparia esforços, não obstante os seus recursos limitados, para pôr termo à violência. Sobre a possibilidade de envio de uma Força Internacional para a África do Sul e tendo presente o ambiente internacional, a Equipa chamou atenção, com cautela, à complexidade do envolvimento internacional.

ii) Encontro com o ANC

14. Duas reuniões tiveram lugar a 11 e 13 de Maio de 1992, com o ANC; a primeira, preparatória para a segunda, contou com a participação do Sr. Sydney Mufamadi, Chefe do ANC para as Questões da PAZ, Sr. Aziz Pahad, Chefe Adjunto do Departamento dos Assuntos Internacionais e dois outros funcionários do Gabinete das Questões da Paz.

15. A delegada do ANC pediu informações sobre os Termos de Referência da Equipa por forma a preparar a sua direcção antes da reunião de fundo. Ela informou à Missão do grande interesse da Imprensa no seu trabalho e que o Povo Sul-Africano depositava muitas esperanças na Equipa.

16. Em resposta, o Chefe da Equipa e os outros membros fizeram referência ao seu mandato e informaram o ANC de que a sua composição era orientada politicamente e que depois de apresentar um relatório à OUA, poderia ser explorada a possibilidade de se criar um Grupo de Peritos numa base mais permanente. No final, a Equipa da OUA foi convidada a dirigir-se à Imprensa, na Sede do ANC, e as suas intervenções foram amplamente divulgadas na imprensa.

17. O segundo encontro foi com o Presidente do ANC, Sr. Nelson Mandela, acompanhado pelo Sr. Thabo Mbeki, Chefe do Departamento dos Assuntos Internacionais, Sr. Sydney Mufamadi, Chefe das Questões da Paz e Sra. Jessie Duarte, Assistente Especial junto do Presidente do ANC.

18. O Presidente do ANC exprimiu a sua gratidão à OUA pelo envio de uma Missão de Supervisionamento de Alto Nível para a África do Sul, na sequência de um pedido feito pelo ANC e recomendou que a todas as camadas de opinião fosse dada uma oportunidade de se expressarem. Ele fez notar que a presença da Missão no país teve uma influência positiva sobre a violência que tinha reduzido consideravelmente. Ele reiterou a sua convicção tal como explicou perante o Comité Ad-Hoc dos Chefes de Estado e de Governo em Arusha, em Abril último, em relação ao envolvimento do Governo sul-africano na violência no país, que visa impedir o estabelecimento de um Governo democraticamente eleito. O Presidente do ANC afirmou que o Sr. de Klerk tinha a capacidade de pôr termo à violência, se quisesse. Ele acusou também o Partido Inkatha de Liberdade (IFP) de assassinar pessoas inocentes.

19. O Sr. Mandela realçou também a importância da participação da OUA e de outros observadores internacionais na CODESA II e o seu impacto sobre o processo negocial. Referindo-se

à necessidade de unidade no seio dos Movimentos de Libertação e outras Organizações anti-Apartheid, ele informou ao Grupo sobre um encontro das Forças da Frente Patriótica no seio da CODESA e convidou-o a participar. A concluir ele sublinhou o papel de vanguarda da OUA no processo das negociações.

20. Depois de uma informação exaustiva dada por Sr. Mandela, o Grupo quis saber se não haveria nenhum outro papel a ser desempenhado pela OUA no desenrolar da cena política sul-africana, do Acordo Nacional de Paz e no âmbito de Supervisionamento Internacional previsto pelo ANC.

21. Em resposta, os funcionários que acompanhavam o Sr. Mandela afirmaram que o seu Movimento apreciaria imenso se a OUA afirmasse claramente perante o Governo sul-africano que, não sendo satisfeitas as pré-condições definidas, a possibilidade de se considerar a admissão do regime na OUA eram inexistentes. Eles também solicitaram assistência nos programas de educação eleitoral pelos países africanos, ou pela própria OUA, em linha com as promessas feitas pelos Países Nórdicos, EUA e alguns países europeus neste sentido.

22. Sobre a questão da violência, eles foram da opinião que a instauração de um governo provisório vai facilitar o controlo da situação no país. Lamentaram o facto de o Acordo Nacional de Paz não ter surtido o resultado previsto e em relação à Comissão Goldstone de Inquérito, embora estivesse a fazer um bom trabalho, duvidaram se teriam os meios e a capacidade de fazer uma investigação minuciosa.

iii) Encontros com o PAC

23. O primeiro encontro com o PAC teve lugar a 11 de Maio de 1992 e o Sr. Benny Alexander, Secretário Geral, acompanhado de outros funcionários superiores, estiveram presentes. Depois de informados sobre a Missão da OUA para a África do Sul, pelo Chefe da Delegação, o Sr. Benny Alexander agradeceu a OUA por esta iniciativa oportuna. Em séguida, falou sobre o processo negocial sublinhando a sobejamente conhecida posição do PAC quanto à neutralidade do local e da presidência das negociações como um pré-requisito para o alcance de resultados significativos.

24. No que respeita à violência, ele afirmou que o processo negocial em curso não tinha conseguido abordar a questão de forma efectiva, razão pela qual foi convocada uma Cimeira de Líderes Negros em Abril, que contou com a participação do PAC, destinada a

encontrar vias e meios para pôr termo à violência. Ele recordou que o seu Movimento não estava envolvido em violência mas que se opunha às manobras do regime destinadas a criar uma atmosfera de confusão e preocupação no seio da população, na perspectiva de eleições no país.

25. O Secretário Geral do PAC, realçou que a Equipa se encontrava na África do Sul a convite dos Movimentos de Libertação e que o PAC estava disposto a facilitar os seus contactos com as várias partes, em particular com o IFP que não estava satisfeito com a presença da OUA na África do Sul. Ele indicou que o PAC encarava a Missão da OUA apenas como sendo para investigar as causas e a perpetração da violência, e não como observadora do processo político no país.

26. Ao reagir aos pontos de vista do PAC, a Equipa sublinhou a disponibilidade da OUA de estar envolvida no processo de paz por forma a proporcionar ímpeto ao processo. A Equipa exprimiu a opinião de que esta era a melhor forma de a Organização tornar-se relevante à África e ao resto da Comunidade Internacional em geral.

27. Uma segunda sessão com uma delegação do PAC, encabeçada pelo seu Presidente, Sr. Clarence Makwetu, foi organizada para a noite de 14 de Maio de 1992.

28. O Chefe da Equipa da OUA informou, mais uma vez, o PAC, em relação ao objectivo da Missão incluindo sua participação na CODESA II, como observadora. Usando da palavra, o Sr. Makwetu quis primeiro saber quais haviam sido as actividades da Equipa desde a sua chegada na África do Sul e afirmou que a Missão da OUA não tinha sido solicitada pelo PAC para observar a CODESA, mas sim para investigar a violência que grassa no país. Ele salientou também que o PAC era da impressão que a Equipa havia passado mais tempo com o inimigo do que com os próprios que a haviam convidado para a África do Sul.

29. A Equipa reiterou ao PAC que foi mandatada para contactar, sem excepção, todos os actores e órgãos políticos do país que poderiam ajudar em conexão com o progresso das negociações e fim da violência. A Equipa explicou também que todos os contactos foram feitos com a assistência do SACC.

iv) Encontro com a Polícia Sul-Africana (SAP)
e as Forças de Defesa Sul-Africanas (SADF)

30. A 11 de Maio de 1992, a Equipa foi feita deslocar para a Sede da Polícia de Trânsito de Johannesburg e manteve discussões úteis com uma delegação conjunta de Oficiais Superiores da SAP e

SADF. A delegação da SAP era composta pelo Major-General J.A.R. Burger, Chefe da Divisão de Estabilidade Interna, Brigadeiro P. Abrie, Serviços de Investigação Criminal e Coronel Frank Alton, Oficial de Ligação, Crimes Relacionados com Violência. A delegação da SADF consistia do Brigadeiro A.K. De Jager, Director das Operações, Sede da Defesa, Brigadeiro J.C. Du P Coetzee, Director das Operações, Sede do Exército e Coronel W.T. Le Crerar, Sede de Defesa - SSO OPS.

31. Depois de ter informado à delegação conjunta da Polícia e Defesa, sobre os aspectos importantes da sua Missão, nomeadamente a avaliação da violência e o processo negocial para mudança política, os dois órgãos deram os seus pontos de vista sobre a situação prevalecente.

32. O Major General Burger começou definindo o papel da Polícia que, segundo ele, não tinha nenhuma relação com a política mas reconheceu que, no actual contexto sul-africano de violência, acompanhado de algum sabor político, era difícil evitar determinados factos. ele indicou o que considerava como principais causas de violência na África do Sul que eram de natureza política e social, ao mesmo tempo que definiu a condição a ser observada para se pôr termo à violência.

33. Para o Major-General Burger a principal causa de violência desde 1990 tem sido a competição entre as Organizações Políticas, particularmente entre o ANC e o IFP, para o apoio das massas e a consolidação da base do poder. O conflito entre os dois Partidos originou na Província do Natal (a base original do IFP e onde o ANC tem um firme apoio) e, mais tarde, alastrou-se para as zonas de Witwatersrand e Soweto.

34. Ele afirmou que a segunda causa relacionava-se com a rápida e descontrolada urbanização que tem estado a ter lugar desde a abolição das medidas de controlo de fluxos, em 1986. Isto conduziu ao fluxo de negros das zonas rurais para as cidades onde viviam principalmente em lares e acampamentos improvisados e sem emprego. A nova população que não gozava de confiança, era geralmente detestada e considerada intrusa por parte dos residentes dos subúrbios.

35. Ele mencionou o facto de a SAP ter sempre sido acusada de inflência e afirmou que a Polícia era imparcial na realização das suas tarefas em conformidade com as disposições legislativas. ao mesmo tempo que rejeitava o envolvimento da Polícia na violência, o Major-General Burger firmou, contudo, que quando foi provado que alguns elementos da Polícia favoreciam um ou outro Grupo Político

de oposição, a SAP dava-lhes um tratamento severo. Uma outra revelação importante por ele feita foi de que a SAP estava em posição de pôr termo à violência se tivesse que utilizar medidas "draconianas" que lhas serão repugnantes.

36. O Chefe da Delegação da SAP foi da opinião que o fenómeno da violência deve merecer uma atenção urgente por parte dos líderes políticos e tradicionais do país a fim de que se lhe ponha termo. Ele afirmou que a observação de todos ao Acordo Nacional de Paz, a tolerância política e a cooperação com a Polícia, eram algumas das condições importantes para a realização dos objectivos que se pretendem. Antes de convidar o Representante da SADF para se dirigir à Missão, o Major-General Burger, através de vídeo, apresentou slides de estatísticas mensais de vítimas de violência tanto das Forças de Segurança como do público em geral. Estas estatísticas procuravam dar uma indicação do maior número de pessoas mortas em confrontos inter-partidos do que em resultado de actividades das Forças de Segurança.

37. O Representante da SADF, por seu turno, informou à Equipa sobre o papel e as operações da Forças de Defesa em relação aos incidentes de violência.

38. Ele informou o Grupo que embora o papel primordial da SADF era, evidentemente, a protecção da soberania e da integridade territorial da África do Sul, ela está envolvida em operações de segurança interna em apoio da SAP e das Forças Policiais Regionais (Bantustões). As Forças utilizadas nestas operações compreendem Membros da Força Permanente, Serviço Nacional, voluntários (Batalhão 32, Unidades Regionais), Força de Cidadãos (Soldados Eventuais) e Comandos.

39. Ele afirmou também que os soldados envolvidos nas operações de segurança interna eram disciplinados e imparciais e, conseqüentemente, a população em geral tinha uma atitude positiva em relação à presença da SADF e o seu envolvimento em apoio da Polícia.

40. Os membros da Equipa levantaram muitas questões sobre o papel da SAP e da SADF e fez menção à imagem negativa que o mundo exterior tem a esse respeito. Eles recordaram que o seu papel devia ser a manutenção da paz, ordem e segurança de maneira totalmente imparcial. Neste contexto, a Equipa foi de opinião que este não parecia ser o caso em relação ao batalhão 32, por exemplo, na medida em que este era constituído por estrangeiros. Conseqüentemente, havia a necessidade de afastar estes elementos do público. A Equipa da OUA realçou também a necessidade de a SAP e

SADF incorporarem Negros em escalões superiores por forma a fazer reflectir a tendência de democratização no contexto das transformações políticas em curso no país, se não terem que ser deixados de lado.

41. Reagindo às preocupações da equipa, os representantes da SAP e SADF defenderam veementemente as suas respectivas instituições como não sendo influenciadas. O Brigadeiro De Jager exprimiu o ponto de vista de que os soldados do batalhão 32 não eram mercenários, mas sim sul-africanos naturalizados que durante anos lutaram de mãos dadas com a SADF em Angola e noutros lugares, e que mereciam o respeito da África do Sul. O Brigadeiro defendeu vivamente o batalhão 32 que ele descreveu como sendo bem treinado e altamente disciplinado, imparcial e fiável, e que não havia formas de o abandonar. Ao intervir no debate, um funcionário do Ministério Sul-Africano dos Negócios Estrangeiros afirmou que o seu Governo tinha informado às autoridades angolanas que estava preparado para repatriar os soldados, se assim o desejassem. A Equipa foi de opinião que os soldados do batalhão 32 fossem absolvidos nas várias Unidades que não tratam da questão da violência.

42. Antes do encontro, a Equipa sobrevoou, de helicóptero, a Cidade de Johannesburgo, incluindo os subúrbios circunvizinhos, particularmente, Soweto e Alexandra.

v) Encontro com a Organização Popular de Azânia (AZAPO)

43. No dia 14 de Maio de 1992 a Equipa manteve um encontro com uma delegação da AZAPO composta por 10 membros e encabeçada pelo seu Vice-Presidente, Dr. Aubrey Mokoape, incluindo o seu Secretário Geral, Sr. De Nkadimeng, seu Secretário para as Relações Exteriores, Sr. M. Bakwena, bem como representantes da Juventude da AZAPO e estudantes.

44. A delegação da AZAPO deu uma informação historial sobre a Organização que, segundo'ela, emanou da Organização Sul-Africana de Estudantes (SASO) e foi fundada em 1976 com o objectivo da libertação total de Azania.

45. Para a delegação da AZAPO, as reformas do Sr. De Klerk não significavam senão uma untagem, com açúcar, do sistema do apartheid com vista a manter e preservar os privilégios da minoria branca. Com efeito, a Organização opunha-se à CODESA. A AZAPO foi de opinião que o processo de transformações políticas pacíficas só

seria possível através de eleições democráticas com base num sufrágio universal de uma lista eleitoral comum para o estabelecimento de uma Assembleia Constituinte negociada por uma presidência e local neutros.

46. Sobre a violência, a delegação afirmou que a carnificina era patrocinada pelo Estado, envolvendo a Polícia e Forças de Defesa com o objectivo de impôr soluções desejadas pelo regime. A AZAPO deixou claro perante a Equipa da OUA que em tais circunstâncias ela continuaria com a luta.

47. Não obstante a linha dura da AZAPO em relação à CODESA, a Equipa não deixou de exprimir o seu ponto de vista de que as negociações em curso representavam uma oportunidade singular para os sul-africanos na busca de uma solução pacífica do seu conflito e, conseqüentemente, lançou um apelo a esta Organização e a outras formações fora da CODESA no sentido de reconsiderarem as suas posições.

vi) Encontro com o Presidente do Conselho Militar de Transkei, Major-General Bantu Holomisa

48. Teve lugar a 14 de Maio de 1992, um encontro entre a Equipa da OUA e uma delegação de Transkei que se deslocou para Johannesburgo a fim de participar na CODESA II, delegação chefiada pelo Major-General Bantu Holomisa, Presidente do conselho Militar, acompanhado do Coronel Ntshinga, Ministro da Polícia e seis outros elementos. As duas partes mantiveram discussões frutíferas em relação a várias questões.

49. Depois de desejar as boas-vindas à Missão, o Major-General Holomisa acusou o Governo de ser responsável pela carnificina em curso que se destinava a atrasar, senão mesmo abortar todo o processo negocial, colocando obstáculos no seu curso. Ao debruçar-se sobre a questão, ele referiu-se à presença de forças estrangeiras no país, nomeadamente o notório batalhão 32 composto por mercenários, bem como o financiamento de lacaios para cometerem crimes contra líderes dos Movimentos Democráticos.

50. O Presidente do Conselho Militar de Transkei lançou um apelo para maior intervenção no processo negocial por parte da Comunidade Internacional em geral e, da OUA, em particular. Neste sentido, ele sugeriu a abertura, como parte de um programa a curto prazo, de um escritório da OUA na África do Sul que não só teria o impacto psicológico sobre a situação prevalecente mas também elevaria o moral do povo sul-africano.

51. A Equipa manifestou admiração perante a delegação em face do engajamento do Governo de Transkei para uma solução rápida, justa e pacífica do conflito sul-africano. Aproveitou igualmente a oportunidade para aconselhar cautela em relação às altas expectativas para o envio de uma Força Internacional na África do Sul.

vii) Encontro com a Comissão dos Direitos Humanos

52. A 17 de Maio de 1992 a Equipa reuniu-se com o Comissário da Comissão Sul-Africana dos Direitos Humanos, Sr. Max Coleman, que prestou informações instrutivas sobre a violência política e a repressão governamental.

53. O Comissário informou à Missão da OUA que durante o ano em curso o total de mortes em violência política já tinha alcançado os 1.137, com um recorde de 356 apenas durante o mês de Abril. Sobre a repressão formal, 27 pessoas haviam sido detidas sem julgamento e 424 presas durante o mês de Abril.

54. Ele foi de opinião que o Partido Inkatha de Liberdade, em colaboração com as Forças de Segurança, constituía a verdadeira fonte de violência no país. O IFP, na sua luta desesperada para reconhecimento político, recorre a actos de violência para frustrar a solução pacífica do problema sul-africano. Ele exprimiu-se também vivamente a favor de Missões Internacionais de Observação, ao invés de uma Força Internacional de Manutenção de Paz para ajudar a pôr termo à violência.

55. Em resposta a perguntas a ele colocadas sobre o processo negocial, o Comissário foi do ponto de vista de que a CODESA era um produto da luta e, como tal, representava um foro apropriado para todos os sul-africanos participarem e contribuirem na edificação de uma futura África do Sul.

viii) Encontro com a Comissão de Inquérito Goldstone sobre a Violência

56. Tiveram lugar, a 17 de Maio de 1992, trocas de impressões entre a Equipa e a Comissão Goldstone. A Comissão de Inquérito para a Prevenção da Violência Pública e Intimidação foi nomeada pelo Presidente do Estado a 24 de Outubro de 1991, na sequência da assinatura do Acordo Nacional de Paz. Ela é constituída pelo Juíz R.J. Goldstone, Presidente, Advogado D.J. Rossouw, Vice-Presidente, Advogado M.N.S. Sithole, Sra. L.G. Baqwa, Procuradora e Sr. G.Steyn, Membro.

57. O Chefe da Equipa da OUA informou à Comissão que a Missão visava demonstrar a solidariedade da OUA para com o povo sul-africano e discutir a questão da violência com Organizações e Instituições nela interessadas. O Juíz Goldstone saudou a oportunidade e informou a Equipa sobre como a Comissão levava a cabo a sua tarefa.

58. O Presidente da Comissão informou a Equipa que a Comissão recebeu poderes mais vastos do que qualquer outra Comissão na história da África do Sul. Ela foi mandatada a encontrar vias e meios de pôr termo à violência no país. Desde a sua instituição, a Comissão enviou 500 pedidos escritos de informação sobre a violência pública e intimidação a todos os Partidos Políticos, Universidades, Jornais, Autoridades Locais e Associações Cívicas. Em resposta ela recebeu informações relevantes e úteis. A Comissão criou vários Comitês Especializados e fez inquéritos públicos e televisivos sempre que fosse julgado necessário. No fim, a Comissão informou à Equipa de que até a altura ela tinha apresentado relatórios sobre a violência no Rio Mooi e nas Minas de Ouro President Steyn, em Welkom, ao Presidente de Estado. A Equipa recebeu as cópias de ambos os relatórios.

59. O Presidente definiu a rivalidade política, os desequilíbrios económicos e o desemprego como sendo as principais causas de violência. Ele afirmou que no passado, membros da SAP e SADF tinham desempenhado um papel negativo na violência, mas indicou que a Comissão não tinha quiasquer evidências de Terceira Força secretamente organizada para promover violência.

60. Ele informou também à Equipa sobre a criação, pela Comissão, de um Sconselho Multi-nacional composto por Peritos do interior e do exterior da África do Sul. Este Conselho vai reunir-se na Cidade do Cabo, em Julho de 1992, a fim de formular os regulamentos que vão reger a realização de manifestações, processões e comícios populares, para ajudar a pôr fim à violência. O Juíz Goldstone foi do ponto de vista que a OUA poderia apoiar a iniciativa enviando peritos à reunião e podia ajudar de forma mais útil a Comissão na facilitação de discussões entre o ANC e o IFP no que toca à violência.

ix) Encontro com o Comité Nacional de Paz

61. O Comité Nacional de Paz foi instituído ao abrigo do Acordo Nacional de Paz com a finalidade de gerir todos os aspectos da violência. Uma delegação chefiada por um dos seus membros, Sr. Charles Neupeng, manteve um encontro com a Delegação da OUA a 17 de Maio de 1992.

62. A Delegação informou a Equipa que foram criadas muitas estruturas incluindo Comitês Regionais e Locais de Paz em todo o território sul-africano, encarregue de analisar e formular estratégias e soluções para pôr termo à violência. Infelizmente, estas estruturas não funcionam porque as partes envolvidas não enviam representantes apropriados às reuniões, o que indica falta de compromisso por parte desses envolvidos.

x) Visita aos Subúrbios

63. Além dos vários encontros mantidos em Johannesburgo, a Equipa visitou por duas vezes, nos dias 14 e 18 de Maio de 1992, o subúrbio de Soweto, incluindo alguns acampamentos improvisados. A Equipa visitou o Presidente da Câmara da Cidade e os Conselheiros das Câmaras do Conselho. Durante conversas com os habitantes dos acampamentos improvisados sobre as suas condições, os Representantes do SACC, ANC e PAC pediram a ausência do Presidente da Câmara porque não representava a população. O Grupo tentou visitar lares por duas ocasiões, mas foi impedido de o fazer pela Polícia aparentemente por razões de segurança.

B) Na Cidade do Cabo

64. O Grupo deslocou-se para a cidade do Cabo a 12 de Maio de 1992 onde manteve um encontro com os vários partidos políticos representados no Parlamento, nomeadamente o Partido Conservador, o Partido Indiano de Solidariedade, o Partido Trabalhista e o Partido Democrático. Teve também encontros com o Vice-Ministro da Lei e Ordem e o Director Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

i) Encontro com o Partido Conservador (PC)

65. O encontro teve lugar no dia 12 de Maio de 1992, entre o Grupo e o Sr. Thomas Langley, MP e Líder do Partido Conservador, acompanhado de outros três membros jovens do Partido no Parlamento.

66. Logo à partida, o Sr. Langley afirmou que o seu Partido se opunha ao princípio de interferência externa nos assuntos internos da África do Sul, segundo a sua própria interpretação da Carta das NU, ao mesmo tempo que criticou o Governo por ter permitido tal interferência. Ele também exprimiu a sua oposição à CODESA que era dominada pelo ANC Socialista, embora o Partido Conservador não se opusesse às mudanças na África do Sul que tomariam em linha de conta a realidade específica do país e o direito das minorias. O Sr. Langley acrescentou que o seu Partido

não gostaria de ser associado à OUA que era composta de Governos Socialistas e Comunistas. Os outros membros do PC que usaram da palavra pronunciaram-se mais sobre a africanidade e o desejo de paz e estabilidade. Eles afirmaram que eram sul-africanos e que não tinham intenção de viver em nenhum outro lugar.

67. O Chefe da Equipa da OUA sublinhou o facto de a presença da OUA na África do Sul ter sido possível porque o Governo e o povo da África do Sul concordaram nesta conformidade. Ele acrescentou que a missão tinha por objectivo contribuir positivamente ao processo de mudanças a ser levado a cabo na CODESA e avaliar a situação da violência. Ele informou ainda a delegação do Partido Conservador que mesmo em alguns Governos africanos podiam-se encontrar fortes elementos conservadores, mas que isso não negava o processo de democratização que a OUA está presentemente a encorajar.

68. Apesar da diferença de posições entre as duas partes, a Equipa teve a impressão de que a delegação do PC tinha auscultado atentamente aos pontos de vista expressos pela Equipa.

ii) Encontro com o Partido Indiano de Solidariedade

69. Mais tarde no mesmo dia, a Equipa reuniu-se com o Sr. M. F. Cassim, Membro Indiano do Parlamento, acompanhado de seus colegas que deram uma informação de base sobre como a Comunidade Indiana estava organizada no país desde que foi trazida da Ásia. Em seguida, ele tentou justificar a razão porque os indianos tinham resolvido fazer parte do Parlamento Tri-Camaral em 1984.

70. O Líder da Delegação indiana informou à Equipa que eles estavam a participar no processo democrático no quadro da CODESA onde favoreciam um Governo de maioria no contexto de um sistema federal de governação. No tocante à violência, ele afirmou que a falta da tolerância política, a pobreza e o nacionalismo étnico constituíam os principais factores na origem dessa situação e que não via qualquer solução a ela antes do alcance de um acordo para uma nova África do Sul.

iii) Encontro com o Partido Democrático

71. Quando o Representante do Partido Democrático e Membro do Parlamento para Durban, Sr. Peter Gastrow, se reuniu com a Equipa da OUA ele declarou que o episódio da violência não era tão simples como as pessoas poderiam querer imaginar. Entre outras coisas, a

violência resultava de urbanização, desemprego, rivalidade política e envolvimento da polícia. Ele afirmou que no geral ninguém tinha suas mãos limpas. Com as mudanças em curso não havia uma corrida clara entre o ANC e o IFP na prova de força, e parece ter já iniciado uma mobilização de Massas.

72. Relativamente ao nível de envolvimento de Organizações Políticas, ele foi de opinião que a um nível baixo de comando tanto no ANC como no IFP, poderia haver um envolvimento directo mas teve cautela de acrescentar que por razões desconhecidas o governo não parece estar a fazer o que dele se esperava. Uma das razões que ele avançou podia ser o facto de que a polícia tivesse sido treinada para encarar qualquer elemento associado com o ANC como inimigo. "A Polícia é mais amena com o IFP", observou ele.

73. Ele informou igualmente à Equipa que muito embora o PAC não estivesse envolvido na violência, os seus ataques a Esquadras da Polícia tinham efeitos negativos.

74. Perguntado sobre quais seriam as soluções viáveis à crise, ele enumerou as seguintes:

- a) A Polícia devia reajustar-se à situação política em transformação e agir estritamente em conformidade com o Código de Conduta da Força na realização das suas funções.
- b) Tanto o ANC como o IFP devem mobilizar os seus militantes no sentido de abandonarem a violência.
- c) Os Líderes dos Partidos Políticos devem insistir na instituição de um Código de Conduta.
- d) A exigência para a dissolução ou o desmantelamento da ala militar do ANC, Umkhonto we sizwe (MK) só, era politicamente não viável.
- e) Os exércitos privados, incluindo a Polícia dos Bantustões, devem ser dissolvidos e incorporados numa estrutura única e, isto não obstante, o Governo devia empreender mais esforços neste sentido.

75. Ao comentar sobre a CODESA, ele manifestou muito optimismo em como os seus resultados conduziriam para uma África do Sul democrática. Ele solicitou à Equipa no sentido de persuadir tanto o PAC como a AZAPO no sentido de se associarem às negociações mas observou, em resposta a uma questão colocada pela Equipa, que a ausência do PAC não podia abortar o processo da CODESA.

76. Quanto ao Acordo Nacional de Paz, o Sr. Gastraw foi de opinião que o Comité Nacional de Paz não tinha garras e, tendo presente as suas observações anteriores sobre a violência, ele concluiu afirmando que "a violência não pode ser eliminada antes das primeiras eleições". Ele foi também de opinião que o papel de apoio da OUA às transformações em curso, poderia constituir uma contribuição positiva.

iv) Encontro com o Partido Trabalhista

77. A Equipa foi recebida por Representantes do Partido Trabalhista chefiados por Sr. T. Abrahams, na Sala Caucus do Partido Tabalhista, antigo Edifício do Senado, e teve importantes trocas de pontos de vista sobre a violência e as mudanças políticas em curso. Logo à partida, o Partido Trabalhista informou à Equipa que a violência não pode ver o seu fim antes da realização de eleições livres e justas na medida em que, por natureza, o sistema do apartheid existe com base na cultura da violência e, acima de tudo, a partir dos levantamentos estudantis de 1976. Jovens de 16 anos ou menos apenas conhecem uma única solução ao problema - violência. O Partido Trabalhista foi de opinião que a violência beneficiou, durante algum tempo, alguns Partidos mas que a situação parecia estar a mudar. Embora alguns elementos das Forças de Segurança possam estar envolvidos, o Partido Trabalhista foi do parecer que nem todos os elementos da Polícia eram maus.

78. Sobre as transformações políticas ora em curso e o reajustamento das Forças Políticas, os Representantes do Partido Trabalhista encorajaram a OUA a assumir um papel activo de liderança no desenrolar dos acontecimentos na África do Sul.

v) Encontro com o Vice-Ministro da Lei e Ordem

79. Durante as discussões entre a Equipa e o Sr. J. H. L. Scheepers, Vice-Ministro da Lei e Ordem, tidas lugar a 12 de Maio de 1992, a OUA recordou um encontro que ela teve em Joahanesburgo com Oficiais Superiores da SAP e SADF e pediu os seus pontos de vista sobre as mudanças nas Forças Policial e de Defesa, bem como a existência de uma Terceira Força possivelmente envolvida na violência.

80. O Sr. Scheepers, com um espírito aparentemente aberto, deu uma informação exhaustiva sobre a situação da Polícia vis-a-vis à violência. Em resposta a uma das questões colocadas, ele informou à delegação da OUA que a SAP era constituída por 57% de negros e 43% de brancos e que estavam em curso esforços para melhorar mais o nível de representação da maioria negra neste Corpo, particularmente aos escalões oficiais superiores.

81. Debruçando-se sobre a carnificina no país, ele afirmou que a violência resultava principalmente da rivalidade política entre o ANC e o IFP. O Vice-Ministro refutou que houvesse uma Terceira Força organizada na Polícia, embora reconhecesse que alguns elementos deste Corpo, particularmente nos escalões inferiores, se opusessem a mudanças no país, e assegurou, perante a Equipa, que em geral a Polícia respeitava o seu código de conduta. Ao deliberar sobre a falta de vontade do Governo de obrigar a Polícia a realizar o seu trabalho de forma mais adequada, ele informou à delegação que uma unidade especial de investigação sobre a má conduta da Polícia será criada por forma a evitar a contravenção da Lei. Por último ele deu garantias de que o Governo estava determinado a fazer tudo ao seu alcance para mudar a cultura e os hábitos estranhos da Polícia herdados do sistema do apartheid.

vi) Encontro com o Director Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros

82. Quando o Director Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Sr. Neil Van Heerden, recebeu a Equipa da OUA, ele afirmou que a aceitação do governo sul-africano da presença da Equipa da OUA, significava que muito tinha mudado no país e que, conseqüentemente, tinha chegado a altura de a OUA reconsiderar a sua posição sobre a admissão do seu país na Organização. Ele sublinhou que a África do Sul tinha todo o direito de ser membro da OUA e que esse direito devia ser sériamente considerado pela África. Ele estabeleceu uma distinção entre uma natureza de averiguação da Equipa e uma Missão de Supervisionamento, e observou também que o Governo não teria nenhuma objecção na observação, pela OUA, das eleições subsequentes.

83. Referindo-se à CODESA, ele exortou aqueles que não eram partes do processo das negociações, no sentido de se juntarem sem delongas porque de contrário, o comboio deixaria a estação sem eles. Neste sentido, ele informou à Equipa que esta posição foi deixada bem clara ao PAC durante o seu encontro com o Governo em Abuja, em Abril último.

84. Voltando para a questão da Terceira Força, o Sr. Neil Van Heerden declarou que tais alegações não tinham fundamentos e que o Sr. De Klerk era muito sincero na conduta do processo de paz. Razão pela qual muito progresso foi alcançado desde Dezembro de 1991.

85. Em relação a algumas observações feitas pelo Director Geral, a Equipa indicou que logo que as condições para a admissão da África do Sul no seio da OUA fossem satisfeitas, a Organização terá todo o prazer em receber o seu país, acontecimento este que contribuiria, em grande medida, para o reforço da Organização Continental.

vii) Visitas na Cidade do Cabo

86. A Equipa aproveitou a oportunidade, durante a estadia na Cidade do Cabo, para visitar a Ilha Robben e a Paragem de Taxi em Guguletu, palco de violentes incidentes entre duas Associações de Taxi nomeadamente WEBTA e LAGUNYA. Foi revelado perante o Grupo que uma Convenção para uma Associação Taxeira Democrática (CODETA), à semelhança da CODESA, tinha sido criada e que negociações entabuladas ao abrigo deste foro tinham resultado num acordo para pôr termo à violência entre as associações beligerantes. Os Líderes das duas Uniões foram de opinião que a sua rivalidade, toda uma violência no seu contexto particular, tinha que ser vista no quadro de um cenário de privações sociais e económicas que alimentaram uma cultura de violência. Com efeito, a situação permanece fluída.

C) Na Província do Natal

87. Da Cidade do Cabo a Equipa partiu, a 13 de Maio de 1992, para a Província do Natal que é palco de intensa violência. No Aeroporto Louis Botha, em Durban, a Equipa encontrou-se com Líderes Regionais do ANC que a informaram extensivamente sobre a situação de violência nessa região. Eles acusaram o IFP de constituir a principal fonte de violência no Natal e informaram a Equipa que o ANC tinha um firme apoio no seio dos Zulus na Região. Mais tarde, a delegação deslocou-se de helicóptero para Ulundi a fim de se encontrar com o Partido Inkatha de Liberdade e Ministro-Chefe de Kwazulu, Chefe Mangosuthu Buthelezi.

i) Primeiro Encontro com o Ministro-Chefe de Kwazulu e Presidente do IFP

88. Depois de desejar as boas-vindas à Equipa na presença dos membros do seu Gabinete, o Presidente do IFP fez uma avaliação exaustiva da actual situação na África do Sul em geral e da violência, em particular.

89. O Chefe Buthelezi foi de opinião que a paz e a instabilidade na África do Sul dependiam em grande medida do processo de negociações e que a política do futuro devia ser de tolerância e consenso. Ele sublinhou, neste sentido, a preferência do seu Partido a favor de uma Constituição Federal. Além disso, ele reiterou a exigência do IFP em relação à participação plena do Rei Zulu na CODESA.

90. Sobre a violência o Ministro-Chefe afirmou que as estatísticas depois do Acordo Nacional de Paz indicava que o IFP não era agressor mas sim vítima de política sangrenta. Ele refutou

veementemente que os líderes do IFP tivessem de maneira nenhuma encorajado, dirigido ou facilitado os combates violentos em curso nos Subúrbios. Ele informou perante a Equipa, que o IFP estava ciente do perigo da violência que se apresentava como principal obstáculo ao progresso democrático tendo-a, conseqüentemente, denunciado.

91. Referindo-se às sanções, o Presidente do IFP tornou claro que o seu Partido se opunha à acção internacional sob a forma de sanções e não investimento que tinha tido um impacto devastador sobre a vida dos negros sul-africanos e exortou a OUA no sentido de pôr termo ao isolamento da África do Sul. Ao abordar o facto de a OUA apenas reconhecer dois Movimentos de Libertação na África do Sul, o ANC e o PAC, como sendo os únicos representantes do povo do seu país, ele afirmou que esta não era a melhor abordagem para contribuir para a paz.

92. A reacção da Equipa às observações feitas foi de que a sua presença em Ulundi reflectia a vontade da OUA de comunicar com todos os actores da cena política sul-africana por forma a contribuir para o processo de paz que visa o estabelecimento de uma África do Sul não racial e democrática.

ii) Segundo Encontro com o Ministro-Chefe de Kwazulu e Presidente do Inkatha Freedom Party em Ulundi

93. A pedido do Chefe da Missão de Observadores da OUA à CODESA II, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, Major-General Ike Nwachukwu e o seu colega, o Segundo Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Uganda, S. Ex^a Paul Ssemogerere, a delegação foi recebida pelo Presidente do Inkatha Freedom Party e Ministro-Chefe de Kwazulu, Chefe Mangosuthu G. Buthelezi em Ulundi, Província do Natal, a 18 de Maio de 1992.

94. Depois de trocas de apresentações entee as duas delegações, o Chefe Buthelezi abriu a reunião com a leitura de um longo memorando preparado delineando os ponto de vista do IFP sobre uma vasta gama de questões que variavam da CODESA, PREPARAÇÃO PARA O FEDERALISMO, UMA CONSTITUIÇÃO ACTIVA, ÉTICA NACIONAL, PAPEL INTEGRAL DA JURISDIÇÃO, DEFINIÇÃO DOS IDEAIS DO POVO para o Enquadramento da Constituição no CONTEXTO SUL-AFRICANO.

95. Em resposta, o Major-General Nwachukwu começou por explicar a natureza e o âmbito da Missão cobrindo dois aspectos de fundo i.e. ajudar o processo de mudanças na África do Sul e analisar a questão da violência. Ele felicitou o povo da África do Sul pelas mudanças em curso e anunciou a disponibilidade da OUA de

ajudar na realização do objectivo visado. O Major-General Nwachukwu abordou, em seguida, os vários pontos levantados no memorando e afirmou que uma perfeita Constituição para a África do Sul não podia ser alcançada de imediato. Com efeito, ele abordou o Presidente do IFP no contexto de uma maior África do Sul muito para além das confinações de Kwazulu e apelou para o enterro dos impedimentos do passado.

96. O Major-General Nwachukwu concluiu as suas considerações falando sobre a violência em várias partes do país e apelou para o empreendimento de todos os esforços para pô-la termo e permitir um caminho democrático para progresso.

97. S. Ex^a o Sr. P. Ssemogerere, Segundo Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Uganda fez uma breve intervenção e recordou o Presidente do Inkatha em relação às suas responsabilidades nos esforços de edificação de confiança entre o seu Partido e o ANC, entre os Zulus e outros na África do Sul, bem como entre os brancos e as outras raças. Em seguida ele quis saber exactamente o que é que o IFP pretendia no seu conceito federal para o Estado, as regiões e a democratização.

98. O Chefe Buthelezi começou exprimindo o seu apreço e afirmou que estava comovido por os seus pontos de vista (IFP), terem sido ouvidos na OUA. Ele continuou explicando minuciosamente perante a Missão o seu historial político e a associação dos seus antepassados com as lutas políticas na África do Sul, antes e depois da fundação do ANC. Ele falou da sua adesão ao Movimento e as suas relações cordiais pessoais com o Presidente do ANC, Sr. Nelson Mandela.

99. Ele também deu o seu entendimento da OUA no tratamento com o ANC e o PAC durante o tempo em que os Movimentos de Libertação Nacional e as Organizações Anti-Apartheid estavam interditas, mas afirmou que não entendia o contínuo isolamento do IFP pela OUA, depois de Fevereiro de 1990. Ele lamentou que o IFP era discutido pela OUA, na sua ausência. Em seguida ele debruçou-se sobre as diferenças entre o ANC e o IFP e atribuiu-as a dois factores principais:

- a) Sanções contra o regime.
- b) Luta Armada.

100. Ele afirmou que Kwazulu não tinha nenhum exército, tendo alegado que quando o ANC formou os seus quadrões de morte para assassiná-lo a si e aos líderes do IFP, ele foi obrigado a criar uma Unidade de Protecção de VIP, composta por 200 elementos que foram treinados pelo Governo Sul-Africano. Alguns foram incorporados na Polícia para mantê-los ocupados.

101. O Chefe Buthelezi informou a Missão que ao longo de toda a sua carreira política que data de há mais de três décadas ele tinha-se recusado a negociar para qualquer solução enquanto os líderes do ANC e PAC permanecessem encarcerados e enquanto os exilados não fossem permitidos a regressar.

102. Comentando sobre o seu conceito de uma Federação ele encarava-a como sendo Regional e Não-Racial e criada através de negociações sucessivas, ao mesmo tempo aceitando que as negociações também implicassem compromissos e sacrifícios.

103. Relativamente à CODESA, o Chefe Buthelezi que as dificuldades que o IFP estava a experimentar no exercício, resultavam do facto de o Partido não ter sido associado às consultas preliminares, exacerbadas pela ausência do Rei dos Zulus.

104. Ele citou exemplos de negociações para independência onde Monarquias foram envolvidas nomeadamente na Nigéria, no Gana e Uganda, e perguntou-se porquê que o mesmo não se podia aplicar a oito milhões de Zulus. Ele pronunciou-se com paixão sobre os Zulus e o Rei quando ele afirmou que "eu não posso abandonar o meu Povo Zulu e o Rei". O Chefe Buthelezi realçou, na sua observação, que o processo de negociações através da CODESA deve ser guiado pelos princípios de inclusibilidade e disposições sistemáticas e evitar a corrida, bem como a eventual realização de Eleições Livres e Justas, livres de qualquer intimidação. "Deve pôr-se termo à violência", afirmou ele.

105. Foi posta a questão de se a OUA podia mediar entre o IFP e o ANC, ao que o Chefe Buthelezi respondeu "não tenho objecções".

106. Após ter escutado atentamente, o Chefe da Equipa da OUA lançou um vivo apelo ao Presidente do IFP para dar mais um passo para a salvação de toda a África do Sul. Pediu-lhe que fizesse um esforço suplementar e que fosse flexível. O Major-General Nwachukwu continuou dizendo que caso a posição do Rei não fosse comprometida pela flexibilidade isso não o impediria de conduzir o IFP à CODESA.

107. O Chefe Buthelezi reagiu com veemência e disse "Eu conheço o meu povo melhor que a OUA o conhece. O Rei está acima da política. Mas, para além do Rei, a Nação Zulu precisa de ser representada tal como os Xosas e Vendas".

108. Falaram depois 4 dos Ministros que estavam com o Chefe Buthelezi e todos exprimiram posições duras chegando um deles a dirigir as suas observações pessoalmente ao Secretário Executivo do Comité de Libertação. Ele disse que o treino e as armas dados aos Movimentos de Libertação não eram usados contra o inimigo mas sim contra o seu povo.

PARTE II
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO

109. O envio da Equipa de Supervisão da OUA a África do Sul foi oportuno porque permitiu pela 1ª vez a Organização entrar em contacto com os principais actores da cena política sul africana com vista a avaliar a situação nesse País nesta fase crucial da luta contra o Apartheid. As conclusões do Grupo, em conformidade com o seu mandato incidiram sobre o processo de democratização em curso e a onda de violência que constitui um obstáculo ao processo de paz.

1. O Processo de Negociação na África do Sul

110. Hoje, a quase totalidade das forças na África do Sul estão conscientes da necessidade de mudança, embora existam ainda diferenças de percepção sobre a forma como o País deve ser transformado numa sociedade democrática e não racial. A CODESA foi estabelecida em finais de 1991 como um foro para negociações conducentes a mudanças políticas democráticas. As Partes participantes, com excepção do Bophuthatswana, assinaram uma Declaração de Itenções que os vincula aos Acordos conseguidos neste foro. Contudo, no interior da CODESA podem ser identificadas duas diferentes opiniões, enquanto que outros pontos de vista e posições são expressos fora desse foro.

111. O impasse na CODESA sobre a futura distribuição constitucional revelou as diferenças de posição que ainda existem entre o ANC e os seus aliados, por um lado, e o Governo e seus aliados, por outro. As questões em debate eram a maioria de votos necessária para o organismo constituinte adoptar a nova Constituição e o papel da 2ª Câmara do Parlamento na redacção ou adopção da Constituição.

112. A disposição do Presidente F.W. De Klerk e do seu Governo no sentido da transformação da África do Sul numa Sociedade não racial e democrática e o seu engajamento no processo de negociações com as outras partes, desde Dezembro último, foi saudada pela OUA e pela Comunidade Internacional. Contudo a proposta apresentada pelo Governo para voto de 75% para adoptar ou alterar as disposições da Constituição parecem inclinar-se a favor do veto da minoria. As propostas do ANC estão em conformidade com as práticas universalmente aceites e não deveriam, havendo boa vontade de todas as partes, causar grandes problemas. A atitude flexível e de compromisso do ANC durante o processo negocial é digna de reconhecimento.

113. Entretanto, outras forças continuam a boicotar a CODESA que consideram, por diferentes razões, como um foro inadequado e/ou não democrática para negociações.

114. O PAC continua ainda a exigir que essas negociações devem ter lugar num foro democrático com participantes dispendo de um mandato nacional através de uma Assembleia Constituinte democraticamente eleita e que elas se devem desenrolar com uma Presidência neutra e num local neutro. A Organização do Povo da Azânia (AZAPO) apoia esta exigência do PAC e questionou também a credibilidade moral do Governo de De Klerk para servir de parteira de uma transição democrática.

115. Os extremistas da direita, nomeadamente o Partido Conservador e a AWB não encorajando negociações com organizações que eles consideram como ideologicamente perigosas para o futuro da África do Sul, em particular o ANC e o Partido Comunista da África do Sul (SACP).

116. Na opinião da Equipa, deve-se dizer que no que se refere ao processo de negociação, o Governo ainda não implementou plenamente o seu compromisso quanto a criação de um clima de livre actividade política. De facto, muitos prisioneiros políticos, ainda se encontram encarcerados, enquanto que prosseguem detenções e perseguições políticas contra exilados que regressam por todo o País. E, sobretudo, o Governo não conseguiu manter efectivamente a paz e a segurança no País em geral e nos bairros suburbanos em redor de Johannesburg e na Província do Natal, em particular.

2. A questão da violência

117. Na África do Sul todos concordam que a violência constitui um importante obstáculo ao processo da paz em curso. Também se reconhece que as causas dessa violência são de ordem tanto estrutural como política. A questão que permanece, contudo, é de quem está fomentando a violência política e com que objectivos. Segundo as conclusões do Grupo de Supervisionamento da OUA, uma primeira avaliação atribuiria as causas da violência ao aspecto político da violência e à crise económica, sendo ambos sequelas do sistema do Apartheid.

118. A violência política iniciou-se em 1985 com o primeiro estado de Emergência e a criação da Frente Democrática Unida (UDF) que iniciou grandes acções de massa contra a opressão. Tornou-se um sub-produto da transição política para o controlo do poder e o aumento da audiência desde o começo das reformas em 1990. Os principais actores na luta política que gera o actual estado de

violência na África do Sul parecem ser, por um lado, as forças de libertação e os opositores à emergência de uma nova África do Sul democrática ou que lutam por sua sobrevivência, por outro.

119. Apesar das repetidas negações do IFP, tornou-se claro para Equipa de Supervisionamento da OUA que muitos seguidores daquela organização tinham algo a ver com os incidentes da violência e que elementos no Governo ou nas suas agências de segurança não podiam ser ilibados de os apoiar.

120. Em qualquer situação de mudanças políticas o fenómeno da rivalidade partidária e do alinhamento político é inevitável e o capítulo referente à África do Sul não pode constituir excepção. Isso pode ser expresso por diversas formas, incluindo a violência.

Por várias vezes, a Equipa da OUA foi informada da rivalidade que existe entre o ANC e o IFP. Recentes pesquisas de opinião na África do Sul dão ao Inkhata, um Partido regional de origem Zulu apenas uma base de apoio de 3% na zona do Reef contra 70% do apoio político dos negros ao ANC incluindo Zulus. Apesar disso, o IFP acredita ser uma força com que se deve contar e isso pode explicar o seu desesperado desejo de ser reconhecido por quaisquer meios.

121. Revelações recentes sobre o assassínio de activistas membros pela Polícia do Regime e o financiamento e treino de membros do Inkhata, comprometem seriamente o Governo. O Major General Bantu Holomisa, Presidente do Conselho Militar do Transkei apresentou, entretanto, documentos que ligam o Governo ao assassinato, em 1985, do activista em Eastern Cape, de Mathew Goniwe e outros e propôs à CODESA II a criação de um grupo de juristas neutrais para analisar a questão. O Governo nega o seu envolvimento nas tais práticas mas admite a existência de elementos isolados na Polícia da África do Sul que são opostos ao processo de mudança.

122. A relutância do Governo, que tem essa responsabilidade, de enfrentar de forma positiva a situação revendo a sua política quanto a albergarias, acampamentos provisórios, pequenos vendedores e de desmantelar ou, pelo menos, remover as forças mercenárias tais como o Batalhão 32 das áreas sensíveis, assim como o porte de armas individual deixa muitas questões sem resposta. O Governo deve fazer algo em breve, se quiser ser credível.

PARTE III

RECOMENDAÇÕES

123. À luz das suas conclusões, a Equipa de Supervisão da OUA gostaria de fazer as seguintes recomendações por forma a manter a dinâmica do processo de negociação e contribuir para a eliminação da violência.

Quanto ao Processo de Negociação

124. O povo da África do Sul, a OUA e o resto da Comunidade Internacional esperavam ver um grande passo em frente na Segunda Sessão da CODESA o que não foi possível devido às exigências do Governo quanto aos princípios constitucionais. Recomenda-se que a OUA, tendo em conta este importante elemento, continue a exercer pressão sobre o Governo da África do Sul em conformidade com o Comunicado de Arusha adoptado em Abril último pelo Comité Ad hoc da OUA dos Chefes de Estado e de Governo sobre a África Austral que apelou para:

- a) A necessidade de acção concertada pela Comunidade Internacional para que as pressões necessárias continuem a ser exercidas sobre a África do Sul até que se atinja uma fase profundamente irreversível no processo de negociação com vista a estabelecer uma África do Sul democrática e não racial.
- b) A criação de um Governo Provisório, responsável pela supervisão da transição para o poder democrático, incluindo a realização de eleições livres e justas por sufrágio universal adulto numa lista comum de recenseamento eleitoral, o que marcará a fase fulcral de uma marcha irreversível para pôr fim ao Apartheid. É só nessa fase que a África e o resto da Comunidade Internacional podem, da forma construtiva, estabelecer relações com as autoridades da África do Sul que está resolutamente engajada na via da instauração de uma sociedade democrática.

125. Recomenda-se também que a Organização manifeste a sua preocupação e desapontamento pelo facto de que os seus repetidos apelos à unidade entre as Forças de Libertação e sobre a necessidade de se envolver no processo de negociação não terem até agora sido escutados por alguns sectores dessas Forças.

Quanto à violência

126. Não obstante a rejeição pelo IFP e o Governo do seu papel na violência e o facto de as Forças de Segurança da África do Sul declararem que são, principalmente, uma força de bombeiros em relação à violência, é preciso fazer apelos urgentes:

- a) Ao Governo.
 - para que ponha fim à carnificina transformando as hospedarias e os acampamentos provisórios.
 - para que tomem medidas imediatas para dismantelar as forças Mercenárias, i.e. o Batalhão 32.
 - para que ponha em aplicação a lei que proibe o porte de armas.
 - para que intensifique as medidas de segurança em comboios e estações.
- b) Ao IFP para que dissuada os seus seguidores de actividades violentas
- c) À Direcção Negra para que resista em não ser levada à violência e que exerça contenção e tolerância.

Quanto à Supervisão da OUA

127. O impacto positivo que a missão da OUA teve sobre a situação de violência que diminuiu durante a sua estadia na África do Sul revelou que a presença da OUA no País pode fazer uma diferença. É com este pano de fundo que se recomenda vivamente que a OUA estude a possibilidade de estabelecer a sua presença na África do Sul numa base mais permanente. A este respeito, deve ser seriamente considerada a abertura de um Escritório da OUA na África do Sul que observe de perto a situação e esteja em interacção com todos os actores no País.

128. Recomenda-se, também, que sejam estabelecidos e mantidos contactos com as Organizações e Instituições da África do Sul que lidam com a protecção e promoção dos Direitos do Homem por forma a mostrar o interesse da OUA em colaborar com elas e apoiá-las. A este respeito, o pedido da Comissão Goldstone de que a OUA envie peritos para uma Junta Multinacional que elaborará as normas que vão regular a realização de manifestações, procissões e demonstrações com vista a ajudar a pôr fim à violência deve, ser encorajado.

Agradecimentos

129. A Equipa da OUA deseja exprimir a sua gratidão e apreço a todos os que lhe prestaram assistência durante a sua missão na África do Sul, especialmente ao Conselho Sul Africano das Igrejas, ao ANC, ao PAC, ao Governo, à Missão Comercial do Zimbabwe e ao Escritório do ACNUR sediado em Johannesburg.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

1992-06-22

Report on the Mission of the OAU Monitoring team to South Africa 10-19 May, 1992

Organization of African Unity

Organization of African Unity

<https://archives.au.int/handle/123456789/10911>

Downloaded from African Union Common Repository